



CASCAIS

PRÓXIMA

Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

“AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA”

PROCESSO N.º CP002425

CADERNO DE ENCARGOS

CASCAIS, JULHO DE 2025

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I

CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, financeiras e técnicas a incluir no contrato a celebrar o qual tem por objeto a aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza, por lotes, na modalidade de fornecimento contínuo, que se discriminam na lista que constitui o **Anexo I** e condições e características definidos na Parte II deste caderno de encargos.
2. O procedimento é constituído por 4 (quatro) lotes do seguinte modo:
 - Lote 1:** Produtos de higiene e limpeza;
 - Lote 2:** Sacos de lixo;
 - Lote 3:** Materiais e consumíveis de limpeza; e
 - Lote 4:** Baldes e carros de limpeza e serviço.
3. Os concorrentes podem apresentar proposta para um lote, para vários lotes ou para todos os lotes que constituem o objeto deste concurso, devendo os concorrentes fazer menção expressa a qual dos Lotes diz respeito cada uma das propostas.
4. É obrigatória a apresentação de proposta para todos os artigos que compõem cada um dos lotes, sob pena de exclusão, por lote incompleto.
5. Os bens a contratar e constantes da lista que constitui o **Anexo I** ao presente caderno de encargos são meramente indicativos e fundam-se numa mera estimativa de consumo, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição, reservando-se esta o direito de adquirir apenas parte dos bens contratualmente previstos ou de não adquirir quaisquer bens se o interesse da mesma assim o determinar, não podendo ser exigido à entidade adjudicante qualquer tipo de indemnização, seja a que título for, para cobrir a diferença entre o valor previsto e o valor efetivamente cobrado pelos bens fornecidos.
6. Considerando a dificuldade de se prever todos produtos e materiais de higiene e limpeza, poderá, excecionalmente, em função das necessidades da entidade adjudicante, também serem adquiridos ao abrigo do contrato a celebrar, um ou outro artigo que não esteja previsto em cada um dos lotes constante do Anexo I deste Caderno de Encargos, desde que se enquadre no

mesmo objeto, devendo estes ser adquiridos apenas após solicitação de um orçamento prévio ao adjudicatário, e este seja aprovado, até ao limite de 10 % do preço contratual.

Cláusula 2.ª

Vigência do contrato

1. Os contratos a celebrar no âmbito do presente procedimento terão a duração estimada de 6 (seis) meses ou até o fornecimento atingir o valor contratual, relativamente a cada um dos Lotes, consoante a situação que se verifique primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar além da cessação do contrato.
2. O prazo definido no número anterior conta-se da data da primeira solicitação que a entidade adjudicante dirigir ao adjudicatário para o fornecimento dos bens objeto do contrato, a qual ocorrerá sempre após a publicitação do contrato do sítio da Internet dedicado aos contratos públicos.
3. No caso de no prazo referido no n.º 1 da presente cláusula, o valor dos fornecimentos não atingir, em relação ao respetivo Lote, o valor mencionado no n.º 1, o contrato será renovado por iguais e sucessivos períodos até ao limite de 36 (trinta e seis) meses.
4. Em qualquer uma das situações previstas no número anterior, o valor total do fornecimento nunca poderá ultrapassar os montantes definidos nos números anteriores, para cada um dos lotes.
5. Independentemente de justa causa, a entidade adjudicante poderá, a todo o tempo, denunciar o contrato, por qualquer meio escrito, com a antecedência de 30 (trinta) dias em relação ao termo pretendido, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao adjudicatário, seja a que título for.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base do procedimento, isto é, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações produto da soma dos 4 (quatro) lotes que constituem o objeto dos contratos a celebrar no âmbito do presente procedimento, na modalidade de fornecimento contínuo, é de até de 605.500,00 € (seiscentos e cinco mil quinhentos euros), a acrescer o valor do IVA à taxa legal em vigor, o qual foi estimado tendo em atenção o prazo máximo de duração do procedimento, já incluindo todas as possíveis renovações:

Lote 1	Produtos de higiene e limpeza	333.000,00 €
Lote 2	Sacos de lixo	173.000,00 €
Lote 3	Materiais e consumíveis de limpeza	52.000,00 €
Lote 4	Baldes e carros de limpeza e serviço	47.500,00 €

- Os preços unitários máximos que a entidade adjudicante admite pagar pelos bens discriminados no referido **Anexo I** ao caderno de encargos e pelo seu transporte são os definidos neste anexo, sendo excluída a proposta que apresente preços unitários superiores àqueles.
- Aos montantes referidos nos n.ºs 1 e 2, acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor
- Consideram-se incluídos no preço todas as despesas que o adjudicatário tenha de realizar com a entrega dos bens, incluindo despesas com transporte, deslocações, meios humanos, técnicos e equipamentos necessários à execução do contrato ou constantes do caderno de encargos.
- Os preços base unitários foram calculados tendo em conta os preços médios obtidos numa consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35º-A, em obediência à disposição do n.º 3 do artigo 47.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

- Pela execução de todas as prestações objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente o transporte dos bens e respetivos documentos para o local a designar pela entidade adjudicante bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexo.
4. Caso a prestação dos vários fornecimentos de bens objeto do presente procedimento, não se venha a verificar, não poderá ser exigido à entidade adjudicante qualquer tipo de indemnização para cobrir a diferença entre o valor previsto e o valor efetivamente cobrado pelos bens fornecidos.

Cláusula 5.ª

Revisão de preços

A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos durante a execução do contrato, é efetuada na modalidade “por fórmula” conforme o disposto a seguir:

Fórmula:

$$V_{pi} = V_{fi} \times \left(\alpha \times \frac{P_{pfi}}{P_{ppro}} + \beta \times \frac{P_{mpfi}}{P_{mpro}} + \gamma \times \frac{P_{ipcfi}}{P_{ipcpro}} \right)$$

Onde,

V_{pi} representa o valor a pagar pela fatura i ;

V_{fi} representa o valor da fatura i atualizado;

P_{pfi} representa o “Preço das matérias-primas - petróleo - Euros - Mensal” à data da fatura i ;

P_{ppro} representa o “Preço das matérias-primas - petróleo - Euros - Mensal” no mês anterior ao da apresentação da proposta;

O “Preço das matérias-primas - petróleo - Euros – Mensal” a considerar para efeitos de revisão de preços é o emitido pelo Banco de Portugal e pode ser consultado no sítio da internet <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12645918>.

P_{mpfi} representa o “Preço das matérias-primas não energéticas - Mensal - Índice” à data da fatura i ;

P_{mpro} representa o “Preço das matérias-primas não energéticas - Mensal - Índice” no mês anterior ao da apresentação da proposta;

O “Preço das matérias-primas não energéticas - Mensal - Índice” a considerar para efeitos de revisão de preços é o emitido pelo Banco de Portugal e pode ser consultado no sítio da internet <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12559648>

P_{ipcfi} representa o “Índice de preços no consumidor - Total excluindo habitação - Portugal - índice – mensal” à data da fatura i ;

P_{ipcpro} representa o “Índice de preços no consumidor - Total excluindo habitação - Portugal - índice – mensal”, no mês anterior ao da apresentação da proposta;

O “Índice de preços no consumidor - Total excluindo habitação - Portugal - índice – mensal” a considerar para efeitos de revisão de preços é o emitido pelo Banco de Portugal e pode ser consultado no sítio da internet <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12559551>

Em todos os cálculos deverão utilizar-se arredondamentos a cinco casas decimais.

Cláusula 6.ª

Faturação e condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas e confirmação da sua boa execução.
2. A faturação será de acordo com os bens efetivamente fornecidos, devendo o adjudicatário emitir uma única fatura por cada requisição ou pedido, as quais devem vir acompanhadas de guias de remessa, contendo de forma clara e inequívoca cada um dos bens fornecidos.
3. As faturas devem ser enviadas através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, acessível (gratuitamente) através do sítio eletrónico <https://www.ilink.pt/ilink/pt/#/signup>, e delas deve constar as **guias de transporte** e a identificação do número de processo indicado no contrato “**CP002425**”, com referência expressa **do lote a que se refere**, sob pena de devolução das mesmas.
4. Nos pagamentos a fazer pela entidade adjudicante ao adjudicatário, serão deduzidas as importâncias correspondentes às penalidades aplicadas a este último no âmbito do contrato.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar documentos comprovativos de que tem a situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos em Portugal, salvo se os documentos apresentados na fase pós-adjudicação ainda se encontrarem válidos, ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se

situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, se aplicável.

Cláusula 7.ª

Retenção de parte do valor dos pagamentos

Considerando que é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a entidade adjudicante pode, se considerar conveniente, proceder à retenção de até 5% (cinco por cento) do valor dos pagamentos a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações, nos termos do estabelecido no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO II

DA ENCOMENDA E DO TRANSPORTE

Cláusula 8.ª

Transporte e embalagem dos bens

1. O transporte dos bens a fornecer, compreendendo todos os procedimentos com ele relacionados, nomeadamente em matéria de embalagem, acondicionamento, carga, descarga, seguros, demais encargos e outras formalidades, serão levados a efeito e da inteira responsabilidade e por conta do adjudicatário.
2. Os bens objeto do presente procedimento devem ser corretamente embalados, de acordo com as suas características e normas em vigor, tendo em conta a sua conservação e qualidade, nos termos da legislação em vigor, exigindo-se pelo menos que a embalagem seja do tipo embalagem comercial.
3. Os riscos na fase de transporte, de acondicionamento, da embalagem, da carga e da descarga da entrega, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adquirente.
4. Com a entrega do bem, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

Cláusula 9.ª

Prazo e locais de entrega dos bens

1. Os bens objeto dos contratos devem ser entregues pelo adjudicatário no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da respetiva encomenda pela entidade adjudicante.

2. A entrega deverá ser efetuada durante o prazo de execução do contrato de forma faseada e contínua à medida que a entidade adjudicante o solicite ao adjudicatário, sem interrupção para férias.
3. Todos os bens devem ser entregues no horário a indicar e num dos seguintes locais, igualmente a ser indicado no ato da encomenda:
 - Complexo Multiserviços da Câmara Municipal de Cascais, sito na Estrada de Manique n.º 1830, Alcoitão, 2645-550 Alcabideche;
 - Complexo Desportivo Municipal da Abóboda, sito na Rua Mouzinho de Albuquerque n.º 186, Abóboda, 2785-543 São Domingos de Rana;
 - Escola Básica 23 da Alapraia, sita na Estrada Principal da Alapraia, 2765-013 Estoril;
 - Escola Básica e Secundária de Alvide, sita na Rua das Padarias n.º 195, Alvide, 2755-062 Alcabideche;
 - Escola Básica e Secundária de Carcavelos, sita na Rua da Escola Secundária de Carcavelos, 2779-510 Carcavelos;
 - Escola Secundária de Cascais, sita na Avenida Pedro Álvares Cabral, 2750-513 Cascais;
 - Escola Básica 23 de Cascais (Prof. António Pereira Coutinho), sita na Rua Nuno Tristão, Bairro do Rosário, 2754-519 Cascais;
 - Escola Básica e Secundária da Cidadela, sita na Rua Dr. Fernando M. F. Baptista Viegas, 2750-503 Cascais;
 - Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo Azevedo, sita na Rua 1º de Maio, Bairro de Massapés, Tires, 2785-260 São Domingos de Rana;
 - Escola Básica e Secundária Ibn Mucana, sita na Rua do Pombal, 2645-074 Alcabideche;
 - Escola Secundária Polo Ibn Mucana (Escola Básica de Alcabideche), sita na Rua Conde Barão n.º 614, 2645-109 Alcabideche;
 - Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo, sita na Rua de Matarraque n.º 399, 2785-696 São Domingos de Rana;
 - Escola Básica e Secundária Fernando Lopes Graça, sita na Avenida Comandante Gilberto Duarte e Duarte n.º 470, 2779-513 Parede;
 - Escola Básica de Santo António, sita na Rua João de Barros, 2775-208 Parede;
 - Escola Secundária de São João do Estoril, sita na Rua Brito Camacho n.º 401, 2769-501 São João do Estoril;

- Escola Básica 23 da Galiza, sita na Rua Vitorino Nemésio n.º 222, Galiza, 2765-362 São João do Estoril.
4. A entrega deverá ser efetuada durante o prazo de execução do contrato de forma faseada e contínua, sem interrupção para férias e à medida que a entidade adjudicante o solicite ao adjudicatário.

Cláusula 10.ª

Condições da encomenda

1. A entidade adjudicante procederá à encomenda das quantidades e dos bens pretendidos e objeto do presente procedimento, por escrito, via correio eletrónico, mencionando os bens, as quantidades e o número do procedimento a que se reporta, de forma faseada.
2. Qualquer fornecimento de bens que não tenham sido expressamente encomendados, nos termos previstos no número anterior, pode ser recusado, a qualquer momento, sem que daí resultem quaisquer ónus ou encargos para a entidade adjudicante.
3. A entidade adjudicante poderá, excecionalmente e caso assim o entenda, levantar os bens encomendados nas instalações do adjudicatário por meios próprios ou através de outros meios que não os da entidade adjudicante.

Cláusula 11.ª

Aceitação da encomenda

1. Presume-se iniludivelmente que o adjudicatário aceitou a encomenda, nos seus exatos termos e nas condições contratuais, se da mesma não reclamar nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva receção.
2. O adjudicatário compromete-se a informar a entidade adjudicante, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, sobre eventuais limites máximos de fornecimento de bens que tenha criado internamente e que obstem ou condicionem o fornecimento dos artigos objeto da encomenda.
3. A entidade adjudicante poderá exigir o ressarcimento de quaisquer danos emergentes ou lucros cessantes, em virtude da recusa total ou parcial de fornecimento dos bens constantes do contrato desde que a encomenda tenha sido aceite pelo adjudicatário, nos termos descritos no número anterior.

Cláusula 12.ª

Alterações à encomenda

1. O adjudicatário não pode fornecer bens em quantidade diversa da prescrita no contrato e/ou na encomenda sem prévio e expreso consentimento da entidade adjudicante.

2. O adjudicatário não pode unilateralmente proceder a quaisquer alterações das condições acordadas no contrato, mormente no que concerne ao preço acordado ou ao prazo de entrega.
3. A entidade adjudicante reserva o direito de solicitar alterações, quanto à quantidade e/ou qualidade dos bens encomendados, assim como relativamente às condições e prazos de entrega, desde que o comunique previamente ao adjudicatário e este o aceite nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 da cláusula 11.^a.

Cláusula 13.^a

Atrasos ou falhas de fornecimento

1. O adjudicatário compromete-se a satisfazer todos os pedidos da entidade adjudicante no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
2. O adjudicatário é responsável pelos prejuízos decorrentes da falta de entrega ou da omissão do comportamento devido e suportará, nomeadamente:
 - a. Os custos adicionais motivados pela entrega por via mais expedita do que a convencionada;
 - b. Os custos adicionais decorrentes de nova encomenda que a entidade adjudicante necessite de efetuar junto de outro fornecedor, para suprir a referida falta ou atraso no fornecimento ou na solução do defeito/problema relevado, desde que esta apresente custos similares.

CAPÍTULO III

DA CONFORMIDADE E GARANTIA DOS BENS

Cláusula 14.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário garante que os bens fornecidos estão em conformidade com as especificações, amostras ou outra documentação técnica previamente fornecidos à entidade adjudicante conforme o que for convencionado.
2. O adjudicatário garante que os bens fornecidos estão em conformidade com as especificações, amostras ou outra documentação técnica previamente fornecidos à entidade adjudicante ou pela entidade adjudicante, conforme o que for convencionado.
3. No decurso do prazo contratual, por cada encomenda, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro, por ela designado, querendo o adjudicatário, na sua presença, procede à inspeção do objeto da aquisição, com vista a verificar, respetivamente, se os bens entregues reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda

a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

5. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
6. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e às garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
7. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues, nos termos do previsto na cláusula 15.^a.

Cláusula 15.^a

Defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a conformidade dos bens com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às substituições tidas por necessárias para garantir a qualidade dos bens.
3. Após a realização das substituições dos bens defeituosos ou discrepantes pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 16.^a

Rejeição dos bens

1. A entidade adjudicante poderá rejeitar os serviços quando aqueles apresentem defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações ou requisitos técnicos constantes do caderno de encargos.
2. No caso de haver rejeição por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a substituir todos os serviços prestados que não obedeçam às características contratualmente estabelecidas.

3. A substituição prevista na presente cláusula deve ser efetuada dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que se destinam.
4. A rejeição não suspende o decurso do prazo de entrega a que o adjudicatário se obrigou, sendo o bem considerado como não entregue.
5. A entidade adjudicante não se responsabiliza pelo bem rejeitado, quando o adjudicatário o não levante no prazo indicado na respetiva notificação.
6. As despesas com a armazenagem do bem rejeitado não levantado são da total responsabilidade do adjudicatário.
7. Quando a causa da rejeição possa ser resolvida pela entidade adjudicante e o adjudicatário se recuse a promover a correção das deficiências, as despesas em que a entidade adjudicante incorrer serão deduzidas nos pagamentos a efetuar, sem prejuízo das indemnizações legais que a entidade adjudicante venha a ter direito pelos prejuízos que daí lhe advenham.

Cláusula 17.^a

Garantia

- i. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e serviços e as garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto dos contratos contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos neste caderno de encargos, pelo prazo constante da respetiva proposta, o qual não poderá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses, o qual se conta a partir da data de aceitação dos mesmos.
- ii. A garantia prevista no número anterior abrange designadamente:
 - a. O fornecimento de quaisquer bens em falta;
 - b. A reposição dos bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. O transporte dos bens defeituosos ou discrepantes para o local da sua substituição e a entrega de bens que os substituam;
 - d. A deslocação ao local de entrega.
2. Se os bens em aquisição, sofrerem de vício que os desvalorize ou impeça a realização do fim a que se destinam, ou não tiverem as qualidades asseguradas pelo adjudicatário na sua proposta, ou necessárias para a realização do fim a que são destinados, tem a entidade adjudicante o direito de devolução/rejeição e de exigir a sua substituição, ou, em alternativa, de cancelar a encomenda.

3. Se apenas uma parte da encomenda tiver sido entregue na situação supra descrita, a entidade adjudicante tem o direito de cancelar a restante parte da encomenda.
4. A entidade adjudicante pode denunciar o vício ou a falta de qualidade dos bens ao adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após ter conhecimento do defeito e dentro dos 36 (trinta e seis) meses após o fornecimento, sem prejuízo de garantias específicas mais amplas dadas pelo adjudicatário.
5. Da devolução/rejeição de bens defeituosos, denúncia de defeitos e/ou do cancelamento da encomenda não resultam quaisquer ónus ou encargos para a entidade adjudicante, que deverá ainda ser reembolsada de eventuais pagamentos ou adiantamentos ou ressarcida de despesas efetuadas, no prazo máximo de 30 dias, a contar da interpelação para o efeito.
6. Após a realização pelo adjudicatário das reposições ou substituições necessárias, a entidade adjudicante procederá a nova verificação da conformidade do bem.
7. A rejeição não suspende o decurso do prazo de entrega a que o adjudicatário se obrigou e o bem rejeitado é considerado como não entregue.
8. A entidade adjudicante não se responsabiliza pelos bens rejeitados quando o adjudicatário os não levantar no prazo indicado na respetiva notificação.
9. Quando a causa da rejeição possa ser resolvida pela entidade adjudicante, perante a recusa do adjudicatário em promover a correção das deficiências, aquela poderá proceder à correção da mesma e as despesas em que incorra para esse efeito serão deduzidas no pagamento a efetuar, sem prejuízo das indemnizações legais que a entidade adjudicante venha a ter direito pelos prejuízos que daí lhe advenham.
10. As substituições que sejam levadas a efeito, no âmbito da garantia, deverão ser suportadas pelo adjudicatário e realizadas num prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grande inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
11. A entidade adjudicante reserva o direito de adquirir, no mercado, artigos de substituição, a expensas do adjudicatário, se este não tiver capacidade para substituir e entregar à entidade adjudicante os artigos com defeito, em período que permita a respetiva utilização nos trabalhos a que os mesmos se destinam.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 18.^a

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:
 - a. Entregar os bens, objeto deste procedimento, de acordo com o exigido nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, durante o prazo de vigência do contrato, sem interrupção para férias, nas quantidades constantes das encomendas que lhe forem dirigidas pela entidade adjudicante;
 - b. Realizar os fornecimentos no estrito cumprimento dos prazos fixados no contrato;
 - c. Garantir que eventuais substituições dos bens que o adjudicatário venha a propor e expressamente aceites pela entidade adjudicante, durante a vigência do contrato, sejam efetuadas através de bens idênticos ou de segmento superior;
 - d. Se o adjudicatário não dispuser dos produtos encomendados, por rutura temporária de *stock*, deverá propor, atempadamente, à entidade adjudicante a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos para a entidade adjudicante, caso em que devem fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da entidade adjudicante, nomeadamente amostras e especificações técnicas e funcionais dos novos bens a fornecer;
 - e. Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos neste caderno de encargos e,
 - f. Comunicar à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do estabelecido nesta cláusula;
 - g. Garantia dos bens;
 - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - i. Cumprir toda a legislação quer nacional quer europeia, aplicável para os produtos a fornecer;
2. As obrigações do adjudicatário a que se refere o número anterior abrangem ainda todos os encargos com os testes a realizar por aquele que a entidade adjudicante considere, justificadamente, necessário efetuar para a verificação da qualidade dos bens objeto do contrato.

3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 19.ª

Formação certificada

1. No âmbito do fornecimento dos produtos de higiene e limpeza que constituem o Lote 1, o adjudicatário é obrigado a promover a realização de uma formação anual certificada sobre a utilização dos produtos que constituem aquele Lote 1, a ser ministrada por entidade certificada para o efeito pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).
2. A formação mencionada no número um, será realizada em Cascais, em diversas sessões, que terão a duração mínima de 2 (duas) horas cada e será ministrada a todos os colaboradores do Departamento de Limpezas da entidade adjudicante (entre 250 e 320 colaboradores).
3. Aquando da apresentação das respetivas propostas deverá ser evidenciado o compromisso da realização da formação acima referida.

Cláusula 20.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário e todos os elementos da sua equipa de trabalho ou terceiros por si contratados, devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de conferir à entidade adjudicante o direito de rescindir o contrato e de ser indemnizada pelos danos causados.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, mesmo após a cessação do contrato, salvo declaração expressa em contrário da entidade adjudicante.

Cláusula 21.ª

Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ao abrigo do contrato a celebrar ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do mesmo, serão tratados exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins delimitados pelo objeto contratual e por conta e de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante no que diz respeito à recolha, acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
2. Sem prejuízo do disposto na presente cláusula e da salvaguarda dos direitos dos titulares dos dados pessoais, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente a conformidade dos processos com a legislação portuguesa e internacional em vigor em matéria de proteção de dados pessoais ou em qualquer outra legislação que a substitua ou venha a ser aplicável a esta matéria.
3. Sem prejuízo do direito a ser esquecido referido no artigo 17.º do Regulamento (UE) 2016/679 por parte do titular dos dados, apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a seis meses após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento.

Cláusula 22.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja a que título for.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 23.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do mesmo, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, se este não cumprir, por razões que lhe sejam imputáveis, as condições

contratuais assumidas, no que se refere ao cumprimento das datas e prazos de entrega dos bens a fornecer, nos seguintes termos:

- a. 10% do preço contratual relativo à encomenda em causa, pelo atraso de até 24 (vinte e quatro) horas no cumprimento das datas e prazos de entrega dos bens a fornecer;
 - b. 5% do preço contratual relativo à encomenda em causa, por cada dia de atraso no cumprimento das datas e prazos de entrega dos bens a fornecer que ultrapasse o atraso de 24 (vinte e quatro) horas a que se refere o número anterior.
2. A entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, por cada situação de incumprimento e por motivo imputável ao adjudicatário, o pagamento de uma sanção pecuniária no montante de 1% (um por cento) do preço contratual pelo incumprimento de quaisquer outras obrigações resultantes do contrato.
3. O valor acumulado das sanções eventualmente aplicadas ao abrigo da presente cláusula não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato previsto na cláusula seguinte.
4. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento) do preço contratual.
5. A aplicação das penalidades contratuais não exclui o direito de indemnização por perdas e danos com base na legislação em vigor.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o adjudicatário incorra poderá ser efetuada, a critério da entidade adjudicante, inclusive, por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 24.ª

Incumprimento e resolução do contrato

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao adjudicatário das respetivas prestações contratuais, nos termos do disposto nos artigos 325.º e 333.º do CCP.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo o atraso no cumprimento das datas, prazos e quantidades dos fornecimentos, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos.

3. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá exigir ao adjudicatário uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
6. O exercício do direito de resolução pela entidade adjudicante previsto nos números anteriores não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais do direito.
7. A entidade adjudicante, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
8. A resolução será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Cláusula 25.ª

Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular cumprimento do fornecimento, deve ser de imediato comunicada à entidade adjudicante através do gestor do contrato conforme cláusula 32.ª deste caderno de encargos.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal do fornecimento.

Cláusula 26.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificando-se os requisitos melhor identificados no número anterior, podem constituir ocorrências de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios,

epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem ocorrências de força maior, designadamente:
 - a. Falta de mão-de-obra;
 - b. Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - c. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos subcontratados;
 - d. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - e. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - f. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - g. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - h. Alertas que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. O adjudicatário obriga-se a comunicar, de imediato, à entidade adjudicante a ocorrência de qualquer alerta qualificável como caso de força maior, bem como, no mais curto prazo possível, a indicar quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e, bem assim, se for o caso, as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto do referido alerta e os respetivos custos.
5. Constitui obrigação do adjudicatário a mitigação, por qualquer meio razoável e apropriado ao seu dispor, dos efeitos da verificação de um caso de força maior.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

CAPÍTULO V

DA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

Cláusula 27.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. A responsabilidade pela execução do objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
4. O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, realizar parte do objeto do contrato por subcontratação sem prévia autorização da entidade adjudicante.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.ª

CrITÉRIOS Ambientais e Sociais

1. A Cascais Próxima, E.M., S.A. está comprometida com o desenvolvimento sustentável para que a satisfação das necessidades do presente não comprometa a satisfação das necessidades das gerações futuras.
2. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
3. No âmbito da estratégia nacional de compras públicas ecológicas e para minimizar os impactos ambientais na presente aquisição, o adjudicatário deve compromete-se a cumprir com:
 - a. Promoção do cumprimento dos direitos sociais e laborais;
 - b. As características dos bens e níveis de equipamentos a fornecer sem prejuízo da necessária adaptação à legislação em vigor, têm de cumprir:
 - i. Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na versão atualizada, **que** estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora aplicável aos equipamentos de limpeza.

- ii. Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, na versão atualizada, estabelece o regime de limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis.
 - iii. Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio, na versão atualizada, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens.
 - iv. Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2018, de 26 de outubro., **que promove uma utilização mais sustentável de recursos para a redução do consumo de papel e de produtos de plástico.**
4. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Cláusula 29.ª

Deveres de Informação

1. Quer a entidade adjudicante, quer o adjudicatário devem informar de imediato a outra parte de qualquer circunstância que chegue ao seu conhecimento e que possa afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, devem avisar de imediato a outra parte de quaisquer circunstâncias que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será efetuada a execução do contrato.

Cláusula 30.ª

Tecnologia ou equivalência

1. Na impossibilidade de descrever de forma suficientemente precisa e inteligível as especificações técnicas dos materiais a adquirir, objeto dos contratos a celebrar, as mesmas foram fixadas por referência a fabricantes, marcas e modelos, nos termos do artigo 49.º-A do CCP.
2. A recorrência a marcas, deverá ser considerado apenas a título exemplificativo. Para o efeito, onde se efetuar a definição de marcas comerciais, entende-se que os equipamentos serão do "tipo" ou "ou equivalente", não violando assim o princípio da concorrência e de igualdade de oportunidades dos operadores económicos.

Cláusula 31.ª

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 32.ª

Elementos do contrato

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, torna-se exigível a celebração de contrato escrito, sendo este composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

Cláusula 33.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, com a adjudicação será um gestor do contrato, designado pelo órgão competente.
2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que sejam atribuídas pelo contraente público, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo Empreiteiro.
3. No desempenho das suas funções o gestor do contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o gestor do contrato, designado pelo contraente público, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

Cláusula 34.ª

Comunicações e notificações

1. As comunicações entre as partes podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas, se tal for considerado como necessário.
2. Qualquer alteração dos domicílios contratuais deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 35.ª

Contagem dos prazos

1. À contagem dos prazos na fase de formação e execução do contrato é aplicável o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação de propostas são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não incluindo na sua contagem o dia em que ocorrer o alerta a partir do qual o mesmo começa a correr.

Cláusula 36.ª

Política anticorrupção

Nos termos exarados na Política anticorrupção, a entidade adjudicante exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de corrupção.

Cláusula 37.ª

Foro e legislação aplicável

1. As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.
2. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, antes de recorrer a meios contenciosos.
3. No caso de as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, sobre o litígio emergente da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos aos presentes fornecimentos de bens, será exclusivamente

competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

4. Ao presente procedimento e em tudo o omissso, ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP na sua redação atual e demais legislação e regulamentação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 38.^a

Características técnicas dos bens a fornecer

LOTE 1

1. Produtos de higiene e limpeza

Os produtos identificados neste procedimento são meramente produtos referência, sendo elencadas as respetivas características técnicas.

1.1 Detergente concentrado multiuso desengordurante tipo Lipos 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado multiuso desengordurante rápido com auto-secagem, destinado à remoção de marcas de tintas, carimbos, marcadores, caneta, batom e gorduras em geral das superfícies duras e gorduras de utensílios de máquinas, bancadas de trabalho e equipamentos.

1.2 Detergente concentrado desengordurante de alta eficácia tipo Mistral 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado desengordurante de alta eficácia com solventes de alto poder desengordurante, destinado à remoção de vários tipos de gorduras, animal, vegetal e mineral, de qualquer superfície e particularmente para a limpeza de oficinas mecânicas.

1.3 Detergente concentrado desengordurante inodoro tipo Robor 2-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado desengordurante inodoro e alcalino, destinado à lavagem de superfícies sujas com gorduras orgânicas e alimentares e particularmente para a limpeza de equipamentos, bancadas de trabalho, azulejos e pavimentos da cozinha.

1.4 Detergente concentrado desinfetante tipo Blu 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado desinfetante à base de sais quaternários de amónio, agente desinfetante de largo espetro de ação, destinado à manutenção quotidiana e desinfeção rápida de superfícies duras (laminadas, lacadas, cerâmicas, grés e mármore).

1.5 Detergente concentrado desinfetante desengordurante tipo Sprint Day 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado desinfetante desengordurante hidroalcoólico, de evaporação e secagem rápida, destinado à utilização em variadas superfícies duras

sintéticas e naturais, reduz a carga bacteriana e remove igualmente gorduras ligeiras, incrustações e dedadas.

1.6 Detergente concentrado anticalcário para limpeza de casas de banho tipo Elkan 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado anticalcário, à base de ácido cítrico, para higiene e limpeza diária de casas de banho (lavatórios, torneiras, sanitas, banheiras e revestimentos cerâmicos).

1.7 Detergente concentrado multiuso auto-secante tipo Volée 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado multiuso auto-secante para a limpeza de rotina de superfícies como mesas e secretárias, vidros, espelhos, portas, paredes e superfícies laminadas em geral.

1.8 Detergente concentrado para pavimentos tipo Euro Fiorito 5-C (1L) ou equivalente

Detergente superconcentrado para limpeza de pavimentos laváveis, não necessitando de enxaguamento.

1.9 Detergente para pavimentos tipo Euro Lavanda Bioalcool (5L) ou equivalente

Detergente para a manutenção de rotina de todos os tipos de pavimentos.

1.10 Detergente para pavimentos em parquet tipo Parquet Clean (5L) ou equivalente

Detergente neutro concentrado destinado à manutenção de todos os pavimentos em parquet.

1.11 Detergente desengordurante para pavimentos tipo Sepiclean 700 (5L) ou equivalente

Detergente com elevado poder de remoção de gorduras e de sujidade para limpeza de pavimentos.

1.12 Detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepiclolor Gel (5L) ou equivalente

Detergente desinfetante em gel, destinado à limpeza e desinfeção de instalações sanitárias.

1.13 Detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel (750ml) ou equivalente

Detergente desinfetante em gel, destinado à limpeza e higiene de superfícies laváveis.

1.14 Detergente higienizante tipo Hygi Duo Surface (750ml) ou equivalente

Detergente higienizante à base de oxigénio ativo e álcool, destinado à limpeza de superfícies duras.

1.15 Lixívia tradicional tipo Rio Sul (5L) ou equivalente

Produto à base de hipoclorito de sódio para limpeza e desinfeção de pavimentos, azulejos, cerâmicos e louças sanitárias.

1.16 Detergente desincrustante tipo Kross (5L) ou equivalente

Detergente desincrustante à base de ácido sulfâmico, destinado para remover incrustações calcárias de cimento e manchas de ferrugem de todas as superfícies duras.

1.17 Detergente em spray para superfícies em aço inoxidável tipo Tergi Inox (500ml) ou equivalente

Detergente em spray para limpeza de superfícies em aço inoxidável.

1.18 Detergente em spray para madeira tipo Mobilifresh (500ml) ou equivalente

Detergente em spray anti-estático para limpeza de móveis, com efeito brilhante.

1.19 Detergente para alcatifas tipo Ini-Mok (5L) ou equivalente

Detergente destinado à limpeza de tapetes e alcatifas.

1.20 Detergente lava louça manual tipo Sepilav Eco (5L) ou equivalente

Detergente neutro destinado à lavagem manual de louça.

1.21 Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazonia (1L) ou equivalente

Detergente ecolabel neutro para limpeza diária de pavimentos e revestimentos cerâmicos.

1.22 Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazonia (5L) ou equivalente

Detergente ecolabel neutro para limpeza diária de pavimentos e revestimentos cerâmicos.

1.23 Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico (750ml) ou equivalente

Detergente ecolabel ligeiramente ácido para a manutenção diária de instalações sanitárias.

1.24 Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico (5L) ou equivalente:

Detergente ecolabel ligeiramente ácido para a manutenção diária de instalações sanitárias.

1.25 Detergente ecolabel multiuso tipo Niagara (750ml) ou equivalente

Detergente ecolabel multiuso para limpeza de vidros e janelas.

1.26 Cera acrílica tipo Meteor Maxima (5L) ou equivalente

Cera de proteção para todo o tipo de pavimentos, antiderrapante de alta resistência e baixo nível de manutenção, pronta a usar sem diluição.

1.27 Vitrificador tipo Cris Rosa (5L) ou equivalente

Cristalizador antiderrapante, destinado ao tratamento de pavimentos de origem calcária, pronto a usar sem diluição.

1.28 Decapante cera tipo Straik N.R. (5L) ou equivalente

Decapante sem enxaguamento destinado à remoção de camadas de cera dos pavimentos.

1.29 Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepiliq Marinho (5L) ou equivalente

Sabonete líquido antibacteriano indicado para a higiene das mãos.

1.30 Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepicreme (5L) ou equivalente

Sabonete líquido em creme antibacteriano indicado para a higiene das mãos.

1.31 Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Elkanan ou equivalente

Garrafa para diluição do detergente concentrado:

- a) Material: plástico
- b) Cor: transparente fosco, permitindo verificar o nível de líquido existente e a cor do mesmo
- c) Capacidade: 750 ml
- d) Características: Rótulo impresso no próprio plástico com a identificação, composição e modo de diluição do respetivo detergente e indicações em português, com a informação da sua capacidade máxima e escala de enchimento.

1.32 Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Volée ou equivalente

Garrafa para diluição do detergente concentrado:

- a) Material: plástico
- b) Cor: transparente fosco, permitindo verificar o nível de líquido existente e a cor do mesmo
- c) Capacidade: 750 ml
- d) Características: Rótulo impresso no próprio plástico com a identificação, composição e modo de diluição do respetivo detergente e indicações em português, com a informação da sua capacidade máxima e escala de enchimento.

1.33 Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Lipos ou equivalente

Garrafa para diluição do detergente concentrado:

- a) Material: plástico
- b) Cor: transparente fosco, permitindo verificar o nível de líquido existente e a cor do mesmo
- c) Capacidade: 750 ml
- d) Características: Rótulo impresso no próprio plástico com a identificação, composição e modo de diluição do respetivo detergente e indicações em português, com a informação da sua capacidade máxima e escala de enchimento.

1.34 Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável – Azul

Pistola pulverizadora em plástico, com nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo e com regulação progressiva do jato de saída do líquido, destinada a garrafa para diluição do detergente concentrado:

- a) Cor: Azul

1.35 Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável – Vermelho

Pistola pulverizadora em plástico, com nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo e com regulação progressiva do jato de saída do líquido, destinada a garrafa para diluição do detergente concentrado:

- a) Cor: Vermelho

Relativamente aos artigos 1.1., 1.2., 1.3., 1.4., 1.5., 1.6., 1.7. e 1.8. (detergentes concentrados) as respetivas embalagens devem ter um sistema doseador incorporado, que permita definir a medida de uma dose de diluição, tipo garrafa dose-justa e possibilitar apenas a saída de líquido correspondente a esta, sem saída adicional de produto. De nenhuma forma a embalagem pode permitir a entrada de líquido que possa adulterar o seu conteúdo e só pode possibilitar a saída de produto através do referido sistema doseador.

LOTE 2

2. Sacos de lixo

2.1 Rolo de saco de lixo preto em polietileno 30 L – 52 x 60 (conjunto de 20 sacos)

- a) Largura: 520 +/- 10 mm
- b) Comprimento: 600 +/- 15 mm
- c) Espessura média: 0,175 μm +/- 10%
- d) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.2 Rolo de saco de lixo preto em polietileno 50 L – 60 x 80 (conjunto de 10 sacos)

- a) Largura: 600 +/- 15 mm
- b) Comprimento: 800 +/- 15 mm
- c) Espessura média: 0,225 μm +/- 10%
- d) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.3 Rolo de saco de lixo preto em polietileno 120 L – 85 x 105 (conjunto de 10 sacos)

- a) Largura: 850 +/- 10 mm
- b) Comprimento: 1050 +/- 15 mm
- c) Espessura média: 0,375 μm +/- 10%
- d) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.4 Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30 L – 52 x 60 (conjunto de 20 sacos)

- a) Cor: amarelo / azul / branco / verde / vermelho
- b) Largura: 520 +/- 10 mm
- c) Comprimento: 600 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,175 μm +/- 10%
- e) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.5 Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50 L – 60 x 80 (conjunto de 10 sacos)

- a) Cor: amarelo / azul / branco / verde / vermelho
- b) Largura: 600 +/- 15 mm
- c) Comprimento: 800 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,225 μm +/- 10%
- e) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.6 Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 120 L – 85 x 105 (conjunto de 10 sacos)

- a) Cor: amarelo / azul / branco / verde / vermelho
- b) Largura: 850 +/- 10 mm

- c) Comprimento: 1050 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,375 μm +/- 10%
- e) Densidade: 941 - 960 Kg/m³

2.7 Saco de lixo PEBD – 65 x 80 (10 kg)

- a) Cor: preto
- b) Largura: 650 +/- 10 mm
- c) Comprimento: 800 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,070 μm +/- 10%
- e) Densidade: 948-10

2.8 Saco de lixo PEBD – 80 x 120 (10 kg)

- a) Cor: preto
- b) Largura: 800 +/- 15 mm
- c) Comprimento: 1200 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,080 μm +/- 10%
- e) Densidade: 948-10

2.9 Saco de lixo PEBD – 95 x 130 (10 kg)

- a) Cor: preto
- b) Largura: 950 +/- 10 mm
- c) Comprimento: 1300 +/- 15 mm
- d) Espessura média: 0,080 μm +/- 10%
- e) Densidade: 948-10

LOTE 3

3. Materiais e consumíveis de limpeza

3.1 Pano microfibra

- a) Medidas: 38 x 40 cm
- b) Cor: azul, amarelo, vermelho, verde, branco, laranja

3.2 Pano do pó

- a) Material: flanela
- b) Medidas: 50 x 50 cm
- c) Cor: laranja

3.3 Esponja salva unha

- a) Medidas: 14 x 7 x 4,5 cm (+/- 1 cm)
- b) Cor: azul, vermelho, amarelo/verde

3.4 Rolo de esfregão de fibra verde

- a) Medidas: 14 cm x 6 m

3.5 Esfregão em malha de aço inoxidável nº 3 e nº 5

- a) Composição: 100% aço inoxidável
- b) Peso: 1 Kg

3.6 Cabo de alumínio com rosca universal

- a) Características: furo na extremidade e pega em plástico
- b) Comprimento: 1,50 m

3.7 Armação para mopa acrílica

- a) Comprimento: 60 cm
- b) Largura: 9 cm

3.8 Armação para mopa em tesoura

- a) 2 suportes para mopa de franjas com 100 cm de comprimento cada

3.9 Armação para mopa plana

- a) Comprimento: 40 cm
- b) Largura: 10,50 cm

3.10 Mopa em acrílico

- a) Comprimento: 60 cm
- b) Largura: 9 cm
- c) Para lavagem a 40°C

3.11 Mopa plana em polipropileno

- a) Comprimento: 40 cm
- b) Largura: 11 cm
- c) Cor: diversas

3.12 Mopa de franjas em forma de tesoura

- a) Material: algodão
- b) Comprimento: 100 cm
- c) Largura: 26 cm

3.13 Esfregona clássica ecológica

- a) Material: fibra torcida
- b) Comprimento da fibra torcida: mín. 25 cm
- c) Número de fibras torcidas: mín. 70
- d) Peso: 150 gr

3.14 Esfregona industrial sem banda em algodão para utilização com pinça

- a) Material: algodão
- b) Peso: 400 gr

3.15 Esfregona industrial de fibra torcida para utilização com pinça

- a) Material: fibra torcida
- b) Peso: 250 gr

3.16 Pinça para esfregona profissional

- a) Cor: azul e/ou cinzento

3.17 Rodo

- a) Armação em plástico
- b) Comprimentos: 45 cm e 55 cm

3.18 Vassoura com cabo em alumínio forrado a PVC

- a) Tipo: normal lisa
- b) Altura: 130 - 150 cm
- c) Cor: azul e/ou cinzento

3.19 Vassoura de rua com cabo metálico forrado a PVC

- a) Tipo: profissional industrial de pelo rijo
- b) Encaixe: Inclinado através de rosca universal
- c) Comprimento: 30 cm

- d) Altura: 130 - 150 cm
- e) Cor: azul e/ou cinzento

3.20 Pá com cabo em metal forrado a PVC

- a) Medidas: 75 - 90 cm x 24 - 28 cm x 24 - 28 cm
- b) Cor: azul e/ou cinzento

3.21 Pá de lixo com cobertura articulada em plástico e cabo em alumínio forrado a PVC

- a) Medidas: 85 - 95cm x 25 - 35 cm x 25 - 35 cm
- b) Cor: azul e/ou cinzento, preto

3.22 Borracha para raclete

- a) Medida: 35 cm

3.23 Guia em inox para raclete

- a) Medida: 35 cm

3.24 Punho em inox para raclete

- a) Medida: 9 - 10 cm x 14 - 16 cm

3.25 Kit completo de raclete para limpeza de vidros

- a) Composto por: borracha, guia e punho em inox
- b) Medida: 35 cm

3.26 Cabo telescópio extensível

- a) Material: alumínio
- b) Medidas: 1 x 1 m; 1,5 x 1,5 m; 2 x 2 m; 2 x 3 m; 3 x 3 m

3.27 Peluche para lavagem de vidros

- a) Comprimento: 35 cm
- b) Cor: branco
- c) Permite lavagem na máquina a 60°C

3.28 Raspador em inox para limpeza de vidros (calha)

- a) Medidas: 9 - 11 cm x 2 - 3 cm

3.29 Punho em inox para raspador de vidros

- a) Medidas: 9 - 11 cm x 14 - 16 cm

3.30 Lâminas para raspador de vidros (conjunto de 10 unidades)

- a) Medidas: 9 - 11 cm x 2 - 3 cm

3.31 Suporte de peluche para lavagem de vidros

- a) Comprimento: 35 cm

b) Cor: azul, cinzento ou preto

3.32 Espanador de pó em acrílico

a) Comprimento: 50 - 60 cm com cabo

b) Cor: azul e/ou cinzento

3.33 Espanador de teias oval para limpeza de ventiladores, tetos e paredes

a) Formato oval com 30 - 35 cm x 30 - 35 cm

b) Para utilização na extremidade dos cabos telescópicos

c) Cor: azul e/ou cinzento

3.34 Piaçaba com corpo, cabo e cerdas em polipropileno

a) Cor: branco

3.35 Avisador de piso escorregadio

a) Material: plástico

b) Cor: amarelo

c) Medidas: 60 - 65 cm x 25 - 30 cm

d) Mensagem avisadora em português e inglês

3.36 Disco abrasivo de 13"

Disco abrasivo para utilização em equipamentos de limpeza industrial:

a) Cor: castanho e preto

3.37 Disco abrasivo de 14"

Disco abrasivo para utilização em equipamentos de limpeza industrial:

a) Cor: castanho e preto

3.38 Disco abrasivo de 16"

Disco abrasivo para utilização em equipamentos de limpeza industrial:

a) Cor: vermelho, castanho e preto

3.39 Disco abrasivo de 18"

Disco abrasivo para utilização em equipamentos de limpeza industrial:

a) Cor: castanho e preto

3.40 Disco abrasivo de alta rotação de 20"

Disco abrasivo para utilização em equipamentos de limpeza industrial:

a) Cor: rosa

3.41 Filtro papel para aspirador Ghibli AS6 ou equivalente (conjunto de 10 sacos)

a) Tipo: Saco do pó para todos os tipos de partículas finas

- b) Material: papel
- c) Comprimento: 73 cm
- d) Largura: 20 cm
- e) Diâmetro de entrada: 2,5 cm

3.42 Filtro papel para aspirador tipo F11 Dry (X15) ou equivalente (conjunto de 10 sacos)

- a) Tipo: Saco do pó para todos os tipos de partículas finas
- b) Material: papel
- c) Comprimento: 80 cm
- d) Largura: 18 cm
- e) Diâmetro de entrada: 3,5 cm

3.43 Filtro papel para aspirador de costas tipo T1 ou equivalente (conjunto de 10 sacos)

- a) Material: papel
- b) Tipo: Saco do pó para todos os tipos de partículas finas
- c) Comprimento: 26,5 cm
- d) Largura: 15 cm
- e) Diâmetro de entrada: 2,5 cm

LOTE 4

4. Baldes e carros de limpeza e serviço

4.1 Balde com rodas e prensa

- a) Material: polipropileno
- b) Capacidade: 25 L
- c) Formato: retangular
- d) Peso: 4 - 7 Kg
- e) Cor: azul
- f) Deve ter impressa mensagem avisadora de piso escorregadio em ambos os lados
- g) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo
- h) Inclui: 1 balde de 25 L (único, sem divisão), com 4 rodas e prensa

4.2 Balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor

- a) Material: polipropileno
- b) Capacidade: 12 L
- c) Cor: azul
- d) Deve ter impressa mensagem avisadora de piso escorregadio em ambos os lados
- e) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

4.3 Espremedor para balde de 12 L

- a) Cor: azul
- b) Adequado ao balde com espremedor referido em 4.2.
- c) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

4.4 Balde de pó de 5 L

- a) Capacidade: 5 L
- b) Cor: azul

4.5 Carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais

- a) Material: polipropileno (preferencialmente reciclado)
- b) Medidas: 90 - 100 cm x 70 - 80 cm x 110 - 120 cm
- c) Peso: 15 - 20 kg
- d) Cor da estrutura: preto ou cinzenta
- e) Inclui: 2 baldes de 15 L (1 identificado com azul e 1 identificado com a cor vermelha), prensa, 2 cestos, suporte para e saco plastificado de 120 L
- f) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

4.6 Carro de limpeza e serviço com rodas e 4 baldes (2 x 15 L + 2 x 7 L) para limpezas industriais

- a) Material: polipropileno (preferencialmente reciclado)
- b) Medidas: 125 - 135 cm x 70 - 80 cm x 120 - 130 cm
- c) Peso: 20 - 25 kg
- d) Cor da estrutura: preto ou cinzento
- e) Inclui: 2 baldes de 15 L (1 identificado com a cor azul e 1 identificado com a cor vermelha, prensa, 2 baldes de 7 L (1 identificado com a cor azul e 1 com identificado com a cor vermelha), prateleira, suporte para e saco plastificado de 120 L
- f) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

4.7 Carro de limpeza e serviço com rodas e 1 balde (25 L) para limpezas industriais

- a) Material: polipropileno (preferencialmente reciclado)
- b) Medidas: 75 - 85 cm x 40 - 50 cm x 85 - 95 cm
- c) Peso: 5 - 10 kg
- d) Cor da estrutura: preto ou cinzento
- e) Inclui: 1 balde de 25 L ((identificado com a cor vermelha), prensa, cesto e suporte de sacos de 120 L
- f) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

4.8 Prensa vertical para balde

- a) Material: estrutura em polipropileno e cabo em alumínio
- b) Cores: azul, cinzento ou preto
- c) Deve ter nível de resistência apropriado ao uso profissional intensivo

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREÇOS BASE UNITÁRIOS

LOTE 1 - PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA

Artigo	Embalagem	Preço base unitário
Detergente concentrado multiuso desengordurante tipo Lipos 5-C ou equivalente	1L	10,66 €
Detergente concentrado desengordurante de alta eficácia tipo Mistral 5-C ou equivalente	1L	9,19 €
Detergente concentrado desengordurante inodoro tipo Robor 2-C ou equivalente	1L	11,08 €
Detergente concentrado desinfetante tipo Blu 5-C ou equivalente	1L	9,39 €
Detergente concentrado desinfetante desengordurante tipo Sprint Day 5-C ou equivalente	1L	8,59 €
Detergente concentrado anticalcário para limpeza de casas de banho tipo Elkan 5-C ou equivalente	1L	10,49 €
Detergente concentrado multiuso auto-secante tipo Volée 5-C ou equivalente	1L	10,55 €
Detergente concentrado para pavimentos tipo Euro Fiorito 5-C ou equivalente	1L	6,35 €
Detergente para pavimentos tipo Euro Lavanda Bioalcol ou equivalente	5L	8,56 €
Detergente para pavimentos em parquet tipo Parquet Clean ou equivalente	5L	17,29 €
Detergente desengordurante para pavimentos tipo Sepiclean 700 ou equivalente	5L	10,70 €
Detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepiclora Gel ou equivalente	5L	4,58 €
Detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel ou equivalente	750ml	3,71 €
Detergente higienizante tipo Hygi Duo Surface ou equivalente	750ml	3,39 €
Lixívia tradicional tipo Rio Sul ou equivalente	5L	1,95 €
Detergente desincrustante tipo Kross ou equivalente	5L	13,67 €
Detergente em spray para superfícies em aço inoxidável tipo Tergi Inox ou equivalente	500ml	4,83 €
Detergente em spray para madeira tipo Mobilifresh ou equivalente	500ml	4,20 €
Detergente para alcatifas tipo Ini-Mok ou equivalente	5L	20,91 €
Detergente lava louça manual tipo Sepilav Eco ou equivalente	5L	4,16 €

Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazzonia ou equivalente	1L	4,39 €
Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazzonia ou equivalente	5L	18,47 €
Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico ou equivalente	750ml	4,11 €
Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico ou equivalente	5L	24,99 €
Detergente ecolabel multiuso tipo Niagara ou equivalente	750ml	3,78 €
Cera acrílica tipo Meteor Maxima ou equivalente	5L	27,98 €
Vitrificador tipo Cris Rosa ou equivalente	5L	27,54 €
Decapante cera tipo Straik N.R. ou equivalente	5L	18,62 €
Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepiliq Marinho ou equivalente	5L	4,45 €
Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepicreme ou equivalente	5L	4,84 €
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Elkanan ou equivalente	Unid.	5,50 €
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Volée ou equivalente	Unid.	2,14 €
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Lipos ou equivalente	Unid.	2,14 €
Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável - Azul	Unid.	1,44 €
Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável - Vermelho	Unid.	1,44 €

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREÇOS BASE UNITÁRIOS

LOTE 2 - SACOS DE LIXO

Artigo	Embalagem	Preço base unitário
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 30 L - 52x60	20 sacos	0,53 €
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 50 L - 60x80	10 sacos	0,58 €
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 120 L - 85x105	10 sacos	0,99 €
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30 L - 52x60	20 sacos	0,84 €
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50 L - 60x80	10 sacos	1,15 €
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 120 L - 85x105	10 sacos	1,62 €
Saco de lixo PEBD - 65 x 80	10 kg	13,99 €
Saco de lixo PEBD - 80 x 120	10 kg	13,99 €
Saco de lixo PEBD - 95 x 130	10 kg	13,99 €

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREÇOS BASE UNITÁRIOS

LOTE 3 - MATERIAIS E CONSUMÍVEIS DE LIMPEZA

Artigo	Embalagem	Preço base unitário
Pano microfibra - Azul	Unid.	0,59 €
Pano microfibra - Amarelo	Unid.	0,59 €
Pano microfibra - Vermelho	Unid.	0,59 €
Pano microfibra - Verde	Unid.	0,59 €
Pano microfibra - Branco	Unid.	0,68 €
Pano microfibra - Laranja	Unid.	0,71 €
Pano do pó	Unid.	0,90 €
Esponja salva unha - Azul	Unid.	0,73 €
Esponja salva unha - Vermelho	Unid.	0,73 €
Esponja salva unha - Amarelo/verde	Unid.	0,37 €
Rolo de esfregão de fibra verde	6 m	6,33 €
Esfregão em malha de aço inoxidável n.º 3	1 Kg	5,67 €
Esfregão em malha de aço inoxidável n.º 5	1 Kg	5,51 €
Cabo de alumínio com rosca universal	Unid.	3,58 €
Armação para mopa acrílica	Unid.	4,07 €
Armação para mopa em tesoura	Unid.	37,73 €
Armação para mopa plana	Unid.	11,33 €
Mopa em acrílico	Unid.	16,62 €
Mopa plana em polipropileno	Unid.	8,54 €
Mopa de franjas em forma de tesoura	Unid.	27,31 €
Esfregona clássica ecológica	Unid.	1,99 €
Esfregona industrial em algodão sem banda para utilização com pinça	Unid.	3,05 €
Esfregona industrial de fibra torcida para utilização com pinça	Unid.	6,23 €
Pinça para esfregona profissional	Unid.	2,60 €
Rodo 45 cm	Unid.	5,82 €
Rodo 55 cm	Unid.	7,09 €
Vassoura com cabo em alumínio forrado a PVC	Unid.	3,77 €
Vassoura de rua com cabo metálico forrado a PVC	Unid.	5,91 €
Pá com cabo em metal forrado a PVC	Unid.	2,94 €
Pá de lixo c/ cobertura articulada plástico, cabo em alumínio forrado a PVC	Unid.	5,08 €
Borracha para raclete	Unid.	2,28 €
Guia de inox para raclete	Unid.	7,89 €

Punho em inox para raclete	Unid.	4,40 €
Kit completo de raclete para limpeza de vidros	Unid.	10,91 €
Cabo telescópio extensível em alumínio 1x1m	Unid.	8,74 €
Cabo telescópio extensível em alumínio 1,5x1,5m	Unid.	11,91 €
Cabo telescópico extensível em alumínio 2x2m	Unid.	15,42 €
Cabo telescópico extensível em alumínio 2x3m	Unid.	31,68 €
Cabo telescópio extensível em alumínio 3x3m	Unid.	34,57 €
Peluche para lavagem de vidros	Unid.	4,58 €
Raspador em inox para limpeza de vidros (calha)	Unid.	9,45 €
Punho em inox para raspador de vidros	Unid.	5,41 €
Lâminas para raspador de vidros	10 lâminas	6,36 €
Suporte de peluche para lavagem de vidros	Unid.	5,23 €
Espanador de pó em acrílico	Unid.	5,25 €
Espanador de teias oval	Unid.	5,50 €
Piaçaba com corpo, cabo e cerdas em polipropileno	Unid.	2,18 €
Avisador de piso escorregadio	Unid.	8,30 €
Disco abrasivo de 13" - Castanho	Unid.	5,91 €
Disco abrasivo de 13" - Preto	Unid.	7,24 €
Disco abrasivo de 14" - Castanho	Unid.	7,94 €
Disco abrasivo de 14" - Preto	Unid.	7,94 €
Disco abrasivo de 16" - Vermelho	Unid.	7,82 €
Disco abrasivo de 16" - Castanho	Unid.	7,82 €
Disco abrasivo de 16" - Preto	Unid.	8,06 €
Disco abrasivo de 18" - Castanho	Unid.	8,72 €
Disco abrasivo de 18" - Preto	Unid.	8,72 €
Disco abrasivo de alta rotação de 20" - Rosa	Unid.	12,20 €
Filtro papel para aspirador tipo Ghibli AS6	10 sacos	31,19 €
Filtro papel para aspirador tipo F11 DRY (X15)	10 sacos	28,76 €
Filtro papel para aspirador de costas tipo T1	10 sacos	32,56 €

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PREÇOS BASE UNITÁRIOS

LOTE 4 - BALDES E CARROS DE LIMPEZA E SERVIÇO

Artigo	Embalagem	Preço base unitário
Balde com rodas e prensa	Unid.	51,08 €
Balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor	Unid.	11,75 €
Espremedor para balde de 12 L	Unid.	3,19 €
Balde de pó de 5 L	Unid.	27,12 €
Carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais	Unid.	258,85 €
Carro de limpeza e serviço com rodas e 4 baldes (2 x 15 L + 2 x 7 L) para limpezas industriais	Unid.	271,33 €
Carro de limpeza e serviço com rodas e 1 balde (25 L) para limpezas industriais	Unid.	121,99 €
Prensa vertical para balde	Unid.	45,06 €